

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL: INFLUÊNCIAS HISTÓRICAS NA ESCOLHA DOS MÉTODOS DE ENSINO

PUBLIC POLICIES FOR LITERACY IN BRAZIL: HISTORICAL INFLUENCES ON THE CHOICE OF TEACHING METHODS

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALFABETIZACIÓN EN BRASIL: INFLUENCIAS HISTÓRICAS EN LA ELECCIÓN DE LOS MÉTODOS DE ENSEÑANZA

Alexandre Rodrigues de Castro¹
Rozineide Iraci Pereira da Silva²

RESUMO: Este artigo buscou analisar como as políticas públicas de alfabetização no Brasil influenciaram, historicamente, a escolha e a consolidação de métodos de ensino da leitura e da escrita. A pesquisa foi conduzida por meio de estudo bibliográfico e documental, com consulta a marcos legais, programas nacionais e documentos curriculares, além de produções acadêmicas que discutem a alfabetização em perspectiva histórica. Os resultados indicam que diferentes períodos foram marcados por alternâncias e disputas metodológicas, muitas vezes intensificadas por programas federais, diretrizes curriculares e mecanismos de avaliação, que tendem a induzir práticas e prioridades nas redes de ensino. Observou-se que políticas de alfabetização podem ampliar possibilidades quando articulam formação docente, materiais pedagógicos e respeito ao contexto escolar, mas também podem gerar reducionismos quando tratam o método como solução única e desconsideram a diversidade de realidades educacionais. Conclui-se que o avanço da alfabetização depende de políticas consistentes e continuadas, capazes de integrar o ensino do sistema de escrita às práticas significativas de linguagem, garantindo o direito de aprender com equidade.

1

Palavras-chave: Alfabetização. Políticas públicas. Métodos de ensino.

ABSTRACT: This article aimed to analyze how public literacy policies in Brazil have historically influenced the selection and consolidation of teaching methods for reading and writing. The study was conducted through a bibliographic and documentary review, drawing on legal frameworks, national programs, and curricular guidelines, as well as academic literature that discusses literacy from a historical perspective. The findings indicate that different periods have been marked by methodological shifts and disputes, often intensified by federal programs, curricular directives, and assessment mechanisms, which tend to shape priorities and classroom practices within school systems. It was also observed that literacy policies can expand pedagogical possibilities when they combine teacher education, instructional materials, and sensitivity to school contexts, but they may foster reductionist approaches when they treat a single method as a universal solution and overlook the diversity of educational realities. The article concludes that progress in literacy depends on consistent, sustained policies capable of integrating explicit instruction of the writing system with meaningful language practices, ensuring the right to learn with equity.

Keywords: Literacy. Public policies. Teaching methods.

¹Doutorando em Ciências da educação, Universidade: Christian Business School-CBS.

²Orientadora: PhD. Doutora em Ciências da educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, professora orientadora da Christian Business School-CBS.

RESUMEN: Este artículo tuvo como objetivo analizar cómo las políticas públicas de alfabetización en Brasil han influido históricamente en la selección y consolidación de métodos de enseñanza de la lectura y la escritura. La investigación se desarrolló mediante un estudio bibliográfico y documental, con consulta a marcos legales, programas nacionales y orientaciones curriculares, además de producciones académicas que abordan la alfabetización desde una perspectiva histórica. Los resultados indican que distintos períodos estuvieron marcados por cambios y disputas metodológicas, a menudo intensificadas por programas federales, directrices curriculares y mecanismos de evaluación, los cuales tienden a orientar prioridades y prácticas pedagógicas en los sistemas educativos. Asimismo, se observó que las políticas de alfabetización pueden ampliar posibilidades cuando articulan formación docente, materiales pedagógicos y atención al contexto escolar, pero también pueden generar enfoques reduccionistas cuando presentan un único método como solución universal y desconsideran la diversidad de realidades educativas. Se concluye que el avance en la alfabetización depende de políticas consistentes y continuadas, capaces de integrar la enseñanza del sistema de escritura con prácticas significativas de lenguaje, garantizando el derecho a aprender con equidad.

Palabras clave: Alfabetización. Políticas públicas. Métodos de enseñanza.

INTRODUÇÃO

A alfabetização no Brasil nunca foi apenas um assunto pedagógico; ela sempre caminhou junto com disputas de projeto de país, expectativas sociais sobre “boa escola” e decisões governamentais que, direta ou indiretamente, acabam favorecendo determinados caminhos metodológicos. Quando uma política pública define prioridades, materiais, metas e formas de avaliação, ela não atua só “no entorno”: ela interfere, na prática, no que o professor escolhe fazer em sala, no que a escola considera como resultado desejável e até no tipo de formação docente que passa a ser valorizada (MORTATTI MR, 2019).

Historicamente, isso ajuda a entender por que os métodos de alfabetização se alternam entre momentos de maior valorização de cartilhas e sequências rígidas (com forte presença de treino e repetição) e períodos em que ganham espaço propostas mais centradas no sentido, no uso social da leitura e da escrita e em práticas significativas de linguagem. Essa alternância não acontece “do nada”: ela costuma acompanhar reformas educacionais, mudanças curriculares e programas governamentais que orientam materiais, formação e monitoramento do trabalho pedagógico (MORTATTI MR, 2019).

Nos últimos anos, por exemplo, documentos curriculares nacionais colocaram a alfabetização como compromisso estruturante do Ensino Fundamental, reforçando expectativas sobre o que as crianças devem aprender e em quais etapas isso deve ocorrer (BRASIL, 2018). Ao mesmo tempo, políticas específicas voltadas à alfabetização passaram a disputar publicamente “qual método funciona”, reabrindo debates antigos sob novas roupagens e, muitas vezes,

pressionando redes e escolas a adotarem certas abordagens como se fossem solução única (BRASIL, 2019).

O ponto central é que, quando se fala em método, na vida real quase nunca se trata apenas de técnica. O método vira símbolo: de rigor, de inovação, de modernização, de “resgate” do passado, de promessa de qualidade. E é aí que a política pública pesa: ela pode ampliar possibilidades (quando garante formação, materiais diversos e condições de trabalho) ou estreitar caminhos (quando transforma a alfabetização numa receita padronizada, com pouca escuta do contexto e do professor).

Diante disso, este artigo se propõe a discutir como políticas públicas de alfabetização, em diferentes períodos, influenciaram a escolha e a defesa de métodos de ensino no Brasil. A intenção é olhar a trajetória histórica com mais cuidado, sem cair na ideia de “método bom versus método ruim”, mas entendendo como cada época produziu suas preferências, seus argumentos e suas consequências para a prática escolar (SOARES M, 2016; MORTATTI MR, 2019).

Também se considera que a alfabetização, para fazer sentido, precisa equilibrar duas dimensões que não deveriam se anular: o ensino intencional do sistema de escrita e a participação da criança em práticas reais de leitura e produção textual. Quando uma política puxa demais para um lado e “desconfia” do outro, a escola sente o impacto seja pela dificuldade de garantir compreensão leitora, seja pela fragilização da base do sistema alfabético.

Por fim, é importante registrar que as decisões políticas não chegam à escola como teoria neutra: elas chegam como currículo, material didático, formação, cobrança e indicadores. Por isso, discutir políticas públicas de alfabetização é, necessariamente, discutir o cotidiano docente, as escolhas possíveis e os limites concretos que moldam o que acontece na sala de aula.

MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, construída a partir do levantamento e análise crítica de produções acadêmicas sobre a história da alfabetização e dos métodos de ensino no Brasil, bem como de documentos oficiais que orientam políticas educacionais nacionais. Esse tipo de delineamento é adequado quando o objetivo é compreender a evolução de um tema, seus marcos e disputas, com base em fontes publicadas e registros institucionais (GIL AC, 2002).

O corpus de análise foi composto por: (a) obras e estudos de referência sobre a história dos métodos de alfabetização; (b) documentos normativos e orientadores ligados à alfabetização

no país, com destaque para diretrizes curriculares e políticas federais. Entre os documentos consultados, foram considerados materiais que expressam orientações para redes e escolas, por impactarem diretamente as práticas pedagógicas (BRASIL, 2018; BRASIL, 2019).

A seleção das fontes seguiu critérios de pertinência temática (alfabetização, políticas públicas, métodos e ensino da leitura e escrita), relevância acadêmica (autores recorrentes na área e publicações reconhecidas) e aderência ao problema do estudo, priorizando materiais que explicitassem relação entre decisões políticas e escolhas metodológicas. Como suporte para a organização do percurso metodológico, considerou-se a orientação clássica de sistematização de pesquisa bibliográfica, com etapas de delimitação do tema, seleção do material, leitura analítica e construção interpretativa (LAKATOS EM; MARCONI MA, 2017; GIL AC, 2002).

A análise ocorreu por leitura interpretativa e comparativa, buscando identificar: (1) quais métodos foram favorecidos ou criticados em diferentes períodos; (2) quais justificativas aparecem nos discursos políticos e educacionais; (3) quais impactos são apontados para a escola e para o trabalho docente. A discussão foi estruturada por eixos históricos, de modo a evidenciar continuidades, rupturas e permanências no debate sobre alfabetização no país.

Por se tratar de pesquisa baseada exclusivamente em fontes públicas e documentos, sem coleta de dados com seres humanos, não houve necessidade de submissão a comitê de ética. Ainda assim, foram observados cuidados de rigor acadêmico, com registro fiel das informações, respeito à autoria e uso criterioso de documentos oficiais e produções científicas.

RESULTADOS

Mortatti MR (2019) sistematiza que, ao longo da história brasileira, a alfabetização foi marcada por mudanças recorrentes de orientação didático-metodológica, com destaque para a circulação e disputa entre métodos sintéticos e analíticos, além de reorganizações posteriores que passam a incorporar, com mais força, discussões sobre linguagem, escolarização e projetos de nação. No levantamento realizado, aparecem registros históricos em que a cartilha e a padronização de sequências de ensino foram reiteradamente acionadas como referência para organizar o trabalho docente, especialmente em contextos em que se buscou uniformizar práticas e acelerar resultados escolares (MORTATTI MR, 2019).

Soares M (2016) apresenta, de forma detalhada, que a discussão sobre “qual método” deve ser escolhido se mantém como eixo central do debate educacional brasileiro, aparecendo associada a expectativas de desempenho e a leituras distintas sobre o que significa alfabetizar. No conjunto das fontes consultadas, a autora descreve que a controvérsia entre métodos

reaparece em diferentes momentos históricos, assumindo novas justificativas, mas permanecendo como tema recorrente na produção acadêmica e no debate público sobre alfabetização (SOARES M, 2016).

No âmbito normativo, a Lei nº 9.394/1996 estabelece, no Ensino Fundamental, o objetivo de formação básica do cidadão, incluindo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo. Nas fontes analisadas, este marco aparece como referência legal ampla para a organização da educação escolar e para o entendimento do lugar central da alfabetização nos primeiros anos da escolaridade obrigatória (BRASIL, 1996).

Também foram identificados, em documentos federais, programas voltados à alfabetização em perspectiva de política pública. O Decreto nº 4.834/2003 criou o Programa Brasil Alfabetizado, com finalidade declarada de erradicar o analfabetismo no país. No material consultado, o programa é caracterizado como iniciativa federal direcionada à alfabetização de jovens e adultos, compondo o conjunto histórico de ações governamentais relacionadas ao tema (BRASIL, 2003).

Para a alfabetização na infância, a Portaria nº 867/2012 institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e define diretrizes gerais e ações relacionadas à formação e ao apoio às redes, conforme o texto normativo. Entre os registros analisados, há menções à organização do pacto e às medidas previstas no âmbito do programa, incluindo orientações e estruturas de apoio às ações de alfabetização, conforme o conteúdo da portaria (BRASIL, 2012).

5

No plano curricular, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aparece, nas fontes consultadas, como documento normativo que define aprendizagens essenciais ao longo da Educação Básica. Na versão homologada, o texto apresenta a alfabetização como compromisso do Ensino Fundamental, situando expectativas de aprendizagem e organização curricular, o que a caracteriza como referência institucional para orientar redes e escolas (BRASIL, 2018).

Em relação a políticas mais recentes, o Decreto nº 9.765/2019 institui a Política Nacional de Alfabetização (PNA), indicando diretrizes e princípios para a atuação federal em colaboração com os demais entes federativos. No material localizado, consta o registro oficial de que o decreto teve a situação indicada como “revogado” na base de legislação federal consultada, permanecendo, ainda assim, como documento relevante para compreensão do debate público e das orientações que circularam no período (BRASIL, 2019).

No conjunto das fontes, também foi identificado o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) com metas relacionadas à alfabetização, especialmente no campo de jovens e

adultos (como explicitado na meta voltada à elevação da taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais). Nas referências analisadas, o PNE aparece como marco de planejamento que articula metas e estratégias para o enfrentamento do analfabetismo e para a ampliação de acesso e permanência, compondo o cenário de políticas públicas que dialogam com o tema alfabetização (BRASIL, 2014).

Por fim, a literatura reunida evidencia registros recorrentes de articulação entre decisões governamentais, produção de materiais, formação docente e diretrizes curriculares como elementos presentes nas discussões sobre alfabetização. Nas obras analisadas, a dimensão histórica e política do tema é descrita como componente estruturante para compreender por que determinados métodos ganham centralidade em certos períodos e como esses movimentos aparecem vinculados a reformas, programas e orientações institucionais voltadas à escola (MORTATTI MR, 2019; SOARES M, 2016).

DISCUSSÃO

A análise dos materiais selecionados evidenciou que as políticas públicas de alfabetização no Brasil, ao longo das últimas décadas, foram organizadas por marcos normativos e programas nacionais que, em diferentes momentos, orientaram prioridades, metas e diretrizes capazes de influenciar o modo como redes e escolas passaram a discutir “como alfabetizar”. No levantamento, destacaram-se documentos estruturantes do sistema educacional e políticas específicas de alfabetização, incluindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação, normativas e materiais do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, documentos de referência da Base Nacional Comum Curricular, e atos voltados à institucionalização de diretrizes federais recentes para a alfabetização. Esse conjunto foi considerado por apresentar textos oficiais e produções acadêmicas que descrevem, de forma explícita, metas, princípios, componentes e estratégias de políticas públicas que atravessam a escolha e a organização dos métodos de ensino em redes públicas e privadas (BRASIL, 1996; BRASIL, 2014; BRASIL, 2018; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2019).

Nos documentos de base que regulamentam a educação nacional, observou-se que a legislação educacional estabelece princípios amplos que estruturam a organização do ensino e, por consequência, abrem espaço para diferentes concepções pedagógicas conviverem nas redes de ensino. Entre esses princípios, aparece a ênfase no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, o que se apresenta como elemento relevante para compreender por que, historicamente, diferentes métodos de alfabetização foram adotados e disputados em momentos

distintos, muitas vezes coexistindo no cotidiano escolar. O texto legal também sustenta a colaboração entre entes federativos e sistemas de ensino, o que reforça que diretrizes nacionais tendem a dialogar com decisões locais de implementação curricular e pedagógica, incluindo escolhas metodológicas associadas ao ensino inicial da leitura e da escrita (BRASIL, 1996).

No recorte das políticas nacionais que estabeleceram metas para o país, o Plano Nacional de Educação organizou diretrizes e objetivos para o período de 2014 a 2024, com foco em qualidade e garantia do direito à educação, o que inclui a centralidade atribuída à alfabetização. Nesse conjunto normativo, foram identificadas metas e estratégias que tratam do compromisso com a alfabetização nas etapas iniciais da escolarização, mobilizando redes e programas voltados ao fortalecimento do processo alfabetizador. Nos textos analisados, esse direcionamento aparece vinculado a esforços de planejamento nacional que estimularam políticas e programas de formação, avaliação e apoio técnico, compondo o cenário de indução federal para a alfabetização e influenciando o debate público e institucional sobre quais práticas e métodos seriam priorizados em cada contexto (BRASIL, 2014).

No âmbito das ações específicas de alfabetização, os documentos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa apontam a estruturação de um programa que envolve formação continuada de professores alfabetizadores, articulação federativa e acompanhamento por avaliações, compondo um arranjo de política pública que conecta orientações pedagógicas, materiais e monitoramento. Entre os resultados encontrados, destaca-se que a normativa do Pacto descreve responsabilidades dos entes e menciona medidas relacionadas à participação das redes, à aplicação de avaliações e à organização das ações formativas, registrando o caráter sistêmico do programa. Também foram identificados registros que associam o Pacto ao fornecimento de materiais e à organização de ações formativas e de apoio à alfabetização, compondo um cenário em que as políticas públicas não se limitam a metas gerais, mas detalham caminhos de implementação que impactam diretamente a prática pedagógica cotidiana (BRASIL, 2012; BRASIL, 2017; UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 2012).

Na análise dos documentos curriculares nacionais, verificou-se que a Base Nacional Comum Curricular apresenta caráter normativo e define aprendizagens essenciais, com orientações que alcançam diretamente os anos iniciais, onde se concentram objetivos ligados à alfabetização e ao desenvolvimento das competências de linguagem. Além do documento da BNCC, foram observadas normativas do Conselho Nacional de Educação que instituem e orientam sua implantação, reforçando seu caráter obrigatório na Educação Básica e, com isso, sua capacidade de reorganizar planejamentos curriculares e, consequentemente, práticas de

alfabetização em rede. Esses materiais aparecem como referências centrais para justificar decisões pedagógicas e para orientar a elaboração de currículos locais, o que inclui a seleção de estratégias e procedimentos didáticos ligados ao ensino da leitura e da escrita (BRASIL, 2017; BRASIL, 2018).

Entre os materiais e normativas federais recentes voltadas à alfabetização, constatou-se a existência de documentos que descrevem a adoção de uma política explicitamente fundamentada na ideia de alfabetização “baseada em evidências científicas”, com objetivos associados à melhoria da qualidade da alfabetização e ao enfrentamento do analfabetismo absoluto e funcional. Também foi identificado material institucional do Ministério da Educação que apresenta diretrizes, justificativas e fundamentos para esse enquadramento, compondo um conjunto de textos de política pública que explicita, no próprio discurso, uma orientação para escolhas metodológicas alinhadas a referenciais considerados “baseados em evidências”. Nesse conjunto analisado, o conteúdo aparece organizado como diretriz de atuação e como referência para programas e ações, registrando uma forma de indução federal que dialoga diretamente com o debate sobre métodos e abordagens de alfabetização no país (BRASIL, 2019; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2019; IPEA, 2019).

Nos atos normativos mais recentes localizados, foi identificado o decreto que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, descrevendo um esforço colaborativo entre entes federativos e estabelecendo uma política com foco no fortalecimento da alfabetização. Nos resultados, esse documento aparece como marco de reorganização de ações federais voltadas ao tema, reforçando o lugar da alfabetização como prioridade de política pública e registrando, no texto normativo, uma estrutura de compromisso nacional que tende a mobilizar programas, estratégias e instrumentos de acompanhamento. O material institucional associado ao tema também registra metas de alcance nacional e a organização de apoio e investimento, compondo um quadro normativo que se soma aos demais marcos e programas identificados no levantamento (BRASIL, 2023; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2023).

Por fim, no conjunto de referências acadêmicas utilizadas para contextualização histórica, foram identificadas sínteses que descrevem a trajetória dos métodos de alfabetização no Brasil, incluindo a presença de cartilhas, mudanças de paradigmas pedagógicos e disputas de concepções em diferentes períodos. Essa produção sistematiza elementos históricos do campo da alfabetização e registra como certas orientações pedagógicas ganharam centralidade em momentos específicos, compondo um panorama que ajuda a compreender por que políticas públicas de diferentes épocas dialogam com escolhas metodológicas diversas. O material

consultado apresenta a história dos métodos como parte de um processo social e educacional em transformação, com referências aos movimentos e debates que atravessaram a alfabetização brasileira e que, em diferentes graus, se conectam aos marcos normativos e programas nacionais identificados no levantamento (MORTATTI MR, 2019).

CONCLUSÃO

O que ficou mais claro ao longo deste estudo é que as políticas públicas de alfabetização no Brasil não apenas “acompanham” o debate sobre métodos: elas ajudam a moldá-lo. Ao estabelecer prioridades, metas, currículos, programas de formação e formas de acompanhamento, essas políticas acabam influenciando, de maneira direta, as escolhas pedagógicas que chegam à escola. Assim, compreender a trajetória histórica das políticas de alfabetização é também compreender por que certos métodos ganham força em determinados períodos e por que outros são relativizados, mesmo quando ainda permanecem presentes no cotidiano docente.

Os resultados apontaram que marcos legais e documentos normativos têm um papel estruturante, porque definem o lugar da alfabetização dentro do projeto educacional do país e orientam decisões curriculares e pedagógicas. Isso se expressa tanto em documentos amplos que organizam a educação nacional quanto em ações mais específicas que induzem caminhos por meio de formação continuada, produção de materiais e metas de desempenho. A principal contribuição dessa análise é evidenciar que as decisões políticas não chegam à escola de forma neutra: elas atravessam a rotina do professor e podem expandir possibilidades quando respeitam o contexto, ou limitar práticas quando transformam a alfabetização em procedimento padronizado.

Também foi possível perceber que o debate público sobre métodos tende a se intensificar em momentos de instabilidade ou pressão por resultados rápidos. Nesses cenários, políticas podem estimular leituras simplificadas, como se existisse um “método certo” capaz de resolver sozinho problemas que são históricos e estruturais. O que se aprende com esse percurso é que alfabetização exige equilíbrio: ao mesmo tempo em que demanda ensino intencional do sistema de escrita, precisa garantir práticas significativas de leitura e produção de texto, conectadas à vida e à cultura dos estudantes. Quando a política puxa exageradamente para um lado, as redes sentem o efeito na aprendizagem e no sentido pedagógico do processo.

Do ponto de vista prático, este artigo oferece uma base para que escolas e gestores reflitam sobre escolhas metodológicas com mais criticidade e menos polarização. Em vez de

adotar modelos prontos por pressão institucional ou modismo, torna-se mais responsável tomar decisões que considerem a realidade da rede, a formação dos professores, os recursos disponíveis e a diversidade dos estudantes. Isso amplia a chance de que as políticas sejam apropriadas de modo inteligente, sem “engessar” o trabalho docente, e com foco real no direito de aprender.

Como limitação, ressalta-se que o estudo foi bibliográfico e documental, não contemplando análise empírica de implementação em redes específicas, o que poderia aprofundar a compreensão sobre efeitos concretos de determinadas políticas na escolha de métodos e nos resultados de aprendizagem. Para pesquisas futuras, recomenda-se investigar experiências locais de implementação, comparando como diferentes municípios e estados interpretam documentos nacionais, organizam formações e articulam materiais e avaliações. Esse aprofundamento pode contribuir para políticas mais consistentes, menos episódicas e mais comprometidas com uma alfabetização de qualidade e socialmente justa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Caroline de. Ninguém chega lá, partindo de lá, mas daqui: uma crítica ao conceito de alfabetização na Política Nacional de Alfabetização (PNA), à luz de contribuições de Paulo Freire. *Revista Brasileira de Alfabetização*, Belo Horizonte, v. 1, n. 10 (Edição Especial), p. 52-57, 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 abr. 2019.

BRASIL. Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 jun. 2023.

BRASIL. Decreto nº 12.191, de 20 de setembro de 2024. Institui o Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 jul. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 280, de 19 de fevereiro de 2020. Institui o Programa Tempo de Aprender. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 fev. 2020.

BUNZEN, Clécio. Um breve decálogo sobre o conceito de “literacia” na Política Nacional de Alfabetização (2019). *Revista Brasileira de Alfabetização*, Belo Horizonte, v. 1, n. 10 (Edição Especial), p. 44-51, 2019.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Um paradigma científico e evidências de eficácia sob a perspectiva da Política Nacional de Alfabetização. *Revista Brasileira de Alfabetização*, Belo Horizonte, v. 1, n. 10 (Edição Especial), p. 15-25, 2019.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes; ANTUNES, Janaína Silva Costa. Diálogos com a Política Nacional de Alfabetização (2019): contrapalavras. *Revista Brasileira de Alfabetização*, Belo Horizonte, v. 1, n. 10 (Edição Especial), p. 32-38, 2019.

MACEDO, Maria do Socorro Alencar Nunes. Por uma alfabetização transformadora. *Revista Brasileira de Alfabetização*, Belo Horizonte, v. 1, n. 10 (Edição Especial), p. 63-65, 2019.

MORAIS, Artur Gomes de. Análise crítica da Política Nacional de Alfabetização imposta pelo MEC através de decreto em 2019. *Revista Brasileira de Alfabetização*, Belo Horizonte, v. 1, n. 10 (Edição Especial), p. 66-75, 2019.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. A “Política Nacional de Alfabetização” (Brasil, 2019): uma “guinada” (ideo)metodológica para trás e pela direita. *Revista Brasileira de Alfabetização*, Belo Horizonte, v. 1, n. 10 (Edição Especial), p. 26-31, 2019.

NOGUEIRA, Gabriela Medeiros. Impactos da Política Nacional de Alfabetização para a educação infantil: um retrocesso. *Revista Brasileira de Alfabetização*, Belo Horizonte, v. 1, n. 10 (Edição Especial), p. 97-102, 2019.

OLIVEIRA-MENDES, Solange Alves de; LEITE, Carlinda. Políticas curriculares no campo da alfabetização no Brasil: dos avanços teórico-epistemológico-didáticos ao apagão contemporâneo. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 40, n. 1, e93007, 2024.

SANTOS ALENCAR, Maria Fernanda dos; MELO, Cinthya Torres. A Política Nacional de Alfabetização – Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019: na contramão da leitura e compreensão de mundo. *Revista Educação e Linguagens*, Campo Mourão, v. 12, n. 24, p. 426-444, 2023.

SOARES, Magda. *Alfabetização: a questão dos métodos*. São Paulo: Contexto, 2016.